



TEMAS DE GÊNERO E SEXUALIDADE NO ENSINO SUPERIOR: A VISÃO DE ACADÊMICAS DE PEDAGOGIA DE MANAUS

Felipe da Costa Negrão¹, Marcio Gonçalves dos Santos²

Resumo: Este estudo teve o objetivo de analisar as concepções de gênero e sexualidade de acadêmicas do curso de Pedagogia de uma universidade privada de Manaus. A temática do estudo aborda temas em sexualidade e gênero na formação de professores, uma vez que as nove participantes faziam parte de uma matriz curricular em que a disciplina de Gênero e Educação seria estudada pela primeira vez. A pesquisa foi realizada a partir de grupo focal dividido em três sessões, sendo denominadas de passado, presente e futuro. Os dados foram obtidos por meio dos registros das experiências pessoais e coletivas das participantes acerca dos temas discutidos, evidenciando seus saberes e práticas, vinculando diretamente à futura profissão que irão exercer ao término do curso. Os resultados apontam para a importância de tais discussões no campo da formação de professores, bem como acerca da influência religiosa e familiar sobre as concepções das professoras em questão. Assim, espera-se que com a inserção da disciplina tenhamos melhores professores/as preparados/as para docência em diversidade.

Palavras-chave: Gênero. Sexualidade. Formação de Professoras.

GENDER AND SEXUALITY TOPICS IN HIGHER EDUCATION: THE VISION OF MANAUS PEDAGOGY ACADEMICS

Abstract: This study aimed to analyze the conceptions of gender and sexuality of Pedagogy students from a private university in Manaus. The study theme addresses themes in sexuality and gender in teacher education, since the nine participants were part of a curriculum matrix in which the discipline of Gender and Education would be studied for the first time. The research was conducted from a focus group divided into three sessions, called past, present and future. The data were obtained through the records of the participants' personal and collective experiences on the topics discussed, highlighting their knowledge and practices, linking directly to the future profession they

¹Mestre em Educação em Ciências na Amazônia. Professor da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). E-mail: felipe.unl@hotmail.com

²Doutor Em Saúde Coletiva. Professor da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). E-mail: marciosantos.edu@gmail.com





will exercise at the end of the course. The results point to the importance of such discussions in the field of teacher education, as well as about the religious and family influence on the conceptions of the teachers in question. Thus, it is expected that with the insertion of the discipline we have better teachers prepared for diversity teaching.

Keywords: Gender. Sexuality. Teacher Training.

1. Introdução

O processo de formação de professores legitima comportamentos e práticas pedagógicas que serão enraizadas durante o exercício da profissão docente. Sendo assim, ressaltamos a importância do compromisso dos cursos de licenciatura em oportunizar o acesso a conteúdos que perpassam o saber ministrar aulas, e que ainda se “escondem” no conceito de transversalidade.

A concepção de transversalidade vem atrelada aos temas transversais, propostos em 1998 pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), tendo abertura para temáticas de gênero e sexualidade, a partir do caderno de “orientação sexual” (BRASIL, 1998), assim chamado na época, e refutado pelos estudiosos da atualidade, tendo em vista o sentido empregado ao termo na contemporaneidade.

Contudo, sabe-se que nas salas de aulas o assunto é tratado com omissão, até mesmo nas ditas aulas propícias de ciências (aparelhos reprodutores ou infecções sexualmente transmissíveis). Tais comportamentos evocam um despreparo docente para lidar com questões que são do cotidiano de crianças, adolescentes, jovens e adultos. Inclusive, essa carência metodológica reforça a importância de discussões dessas temáticas nas universidades.

Tratam-se de questões que ainda são encaradas como tabu, e esta “burocratização” do falar sobre sexo é oriunda de um passado apresentado e discutido por Foucault (2017) em “História da Sexualidade”, em que já no início de sua obra apresenta a ideia de pudícia imperial, caracterizada por “pavonear” os corpos no século XVII e silenciá-los no século XVIII.

A sexualidade era vinculada às práticas reprodutivas, permitida apenas dentro de casa e no quarto dos pais, representados por sua heterossexualidade (modelo de família burguesa), visto que as crianças não tinham sexo. Aqueles que não se sujeitavam a essa repressão e/ou normatização burguesa eram visitantes do “rendez-



vous”, considerado local de tolerância (juntamente com as casas de saúde), onde era permitido falar de sexo “em alto e bom som”.

Foucault (2017) também apresenta o conceito de puritanismo moderno, que se pauta em crescentes repressões, hipocrisia e silêncio (também caracterizado como mutismo), de modo que aqueles que insistissem em verbalizar a respeito do sexo/sexualidade, eram considerados adeptos à transgressão deliberada, vitimados pela hipótese repressiva do poder-saber-prazer.

Louro (1999, p. 4), trazendo a concepção de sexualidade como “dispositivo histórico” apontado por Foucault (2017), garante que se trata de “uma invenção social, uma vez que se constitui, historicamente, a partir de múltiplos discursos sobre o sexo: discursos que regulam, que normatizam, que instauram saberes, que produzem ‘verdades’”. A partir desse contexto, convém discutir a respeito desses discursos e concepções que se fortalecem durante várias gerações e que impactam diretamente nosso espaço escolar.

Pensar em gênero e sexualidade no curso de Pedagogia é abrir caminhos para uma geração menos conservadora e prepará-la para a tão sonhada “diversidade”, uma vez que o curso entrega professores e professoras da educação básica para o mercado de trabalho. Portanto, esse artigo tem o objetivo de analisar as concepções de gênero e sexualidade de acadêmicas do curso de Pedagogia de uma universidade privada de Manaus.

2. Marcos legais e a formação de professores na perspectiva da diversidade

A formação de professores no Brasil perpassa inúmeros desafios, uma vez que implica organizar saberes teóricos e práticos que fundamentem e legitimem a atuação profissional com crianças e adolescentes em processo de construção de identidade. No que se refere ao público que compõe o curso de Pedagogia, compreendemos a árdua responsabilidade de elaborar um currículo flexível que seja compatível aos preceitos legais, mas também que possua caráter realístico, próximo das questões contemporâneas.

Nesse sentido, temos os professores polivalentes como os precursores dos conteúdos básicos nos primeiros anos de escolarização da criança, o que equivale da educação infantil até o 5º ano do ensino fundamental. Portanto, este profissional perpassa por uma formação acadêmica de quatro anos, no mínimo, para ser considerado apto para o ensino, embora saibamos que a profissão docente não se resume apenas no ato de “ensinagem”.



O campo da formação de professores é alvo de inúmeras mudanças de caráter político, aliançadas a governos e desgovernos que influenciam diretamente nas salas de aulas e no trabalho do profissional de educação, independentemente do nível de ensino. E não é diferente quando estamos tratando de questões vinculadas a sexualidade, gênero e diversidade. Logo, entendemos a importância de refletir sobre o processo histórico e político que as questões supracitadas vêm sendo tratadas no que tange aos aspectos legais que regem a educação.

Embora o enfoque do artigo seja o contexto legislativo educacional, sendo aqui representado pela Lei Nº 9.394/96 (BRASIL, 1996), é importante mencionar que o contexto histórico brasileiro acerca da sexualidade foi construído a partir de temáticas vinculadas a patologia, pecado, transgressão e sob a ótica de um discurso higienista, visando o controle de impulsos sexuais seja por meio do Estado ou da Igreja (LOURO, 2014).

O espaço da sala de aula é lugar propício para tratar de questões sociais emergentes, contudo, existem muitos assuntos que ainda são tabus na escola. A sexualidade é um dos temas que os docentes evitam mencionar, com a justificativa de ser assunto para ser tratado dentro de casa com os pais, sem preocupar-se com as diversas configurações familiares da contemporaneidade. Esse discurso não se encaixa aos retratos expostos na mídia secular, em que é rotineiro vermos abusos, conflitos e até mortes por conta da negligência familiar quanto a não socialização de temáticas relacionadas ao sexo.

Essa presença da sexualidade independe da intenção manifesta ou dos discursos explícitos, da existência ou não de uma disciplina de "educação sexual", da inclusão ou não desses assuntos nos regimentos escolares. A sexualidade está na escola porque ela faz parte dos sujeitos, ela não é algo que possa ser desligado ou algo do qual alguém possa se despir (LOURO, 2014, p. 85).

Por esse motivo, é salutar que a escola seja um lugar de diálogo aberto para as questões inerentes à sexualidade. E isso não significa que o professor passará a ser o centro das informações, pelo contrário, quando falamos em estabelecer diálogo, temos o interesse em ouvir os alunos também. Eis um dos desafios educacionais atuais, dar voz ao aluno, sendo este um ser pensante e ativo no meio social.

Logo, cabe aos estudantes a plena participação no debate acerca da sexualidade. A ideia de ofertar palestras informativas, distribuir preservativos e instaurar campanhas antidoenças é muito boa, contudo não alcança a todos. Além de ser reducionista a proposta de "discutir" apenas sob a perspectiva de saúde-doença. Sendo assim, é importante



que o acadêmico de Pedagogia tenha formação sólida sobre as questões da sexualidade para que possa ter embasamento teórico e metodológico, a fim de conduzir o debate com mais liberdade e responsabilidade.

A partir desse contexto, trazemos os documentos normativos e marcos legais que prescrevem a educação brasileira, tendo ênfase nas questões oriundas de sexualidade e gênero na escola.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9.394/96) normatiza a educação brasileira em todas as suas instâncias. Entretanto, não insere nenhuma expressão vinculada ao teor dessa pesquisa, o que é um impacto negativo no contexto da discussão, embora no Art. 2º assegure o pleno desenvolvimento do educando como dever da família e do Estado, reforçando com o Art. 3º que aponta os princípios do ensino nos quais o "respeito à liberdade e apreço à tolerância" (BRASIL, 1996, p. 1) é defendido.

Há 26 anos este documento rege a educação em todos os níveis, embora sofra emendas e cortes, ainda assim é um documento que carece de atualizações no que tange a contemporaneidade, uma vez que a sociedade está em constante transformação e por vezes a escola não acompanha essa evolução, ao contrário, retrocede.

Em 1998 os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) aparecem como norteadores da prática docente, tendo caráter instrumentalista a fim de subsidiar o trabalho do professor dentro das salas de aulas do Brasil. O documento adere o formato de cadernos e nessa pesquisa destacamos o de "temas transversais" que apontam as temáticas de sexualidade para o ensino fundamental e médio, embora utilizando-se do termo "orientação sexual" que nos dias atuais possui outro significado.

A sexualidade no espaço escolar não se inscreve apenas em portas de banheiros, muros e paredes. Ela "invade" a escola por meio das atitudes dos alunos em sala de aula e da convivência social entre eles. Por vezes a escola realiza o pedido, impossível de ser atendido, de que os alunos deixem sua sexualidade fora dela (BRASIL, 1998, p. 292).

Os PCN's de orientação sexual trazem o que entendemos hoje como educação sexual ou educação para a sexualidade, ou seja, introduz na escola a possibilidade de discutir direitos sexuais e reprodutivos, mas também sobre os cuidados com o corpo, masturbação, iniciação sexual, namoro, homossexualidade, aborto, prostituição, dentre outros que, dentro de uma perspectiva democrática e pluralista, podem contribuir positivamente na vida de crianças, jovens e adultos (BRASIL, 1998).



Propõe-se que a Orientação Sexual oferecida pela escola aborde com as crianças e os jovens as repercussões das mensagens transmitidas pela mídia, pela família e pelas demais instituições da sociedade. Trata-se de preencher lacunas nas informações que a criança e o adolescente já possuem e, principalmente, criar a possibilidade de formar opinião a respeito do que lhes é ou foi apresentado. A escola, ao propiciar informações atualizadas do ponto de vista científico e ao explicitar e debater os diversos valores associados à sexualidade e aos comportamentos sexuais existentes na sociedade, possibilita ao aluno desenvolver atitudes coerentes com os valores que ele próprio elegeu como seus (BRASIL, 1998, p. 300).

O trecho acima demonstra claramente o impacto positivo que a educação sexual pode ofertar aos estudantes, ressaltando o caráter informativo e reflexivo sobre algo que já é inerente ao ser humano que é o sexo.

A sexualidade na Educação Infantil é discutida a partir do volume 2 do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI). Este documento do Ministério da Educação (MEC) aponta as normativas para organização de creches e escolas que atendam crianças pequenas (BRASIL, 1998). O material apresenta a sexualidade sem muita profundidade, atenuando ser complexa, abrangente e cultural. O Conselho Nacional de Educação (CNE), por meio do parecer de Nº 22/1998, sugere que as propostas pedagógicas da Educação Infantil devem propor interações entre diversas áreas do conhecimento, inclusive a sexualidade (CNE, 1998, p. 12-13). Porém, um ano depois a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, por meio da Resolução CEB Nº 1/1999, determinou a extinção do termo "sexualidade" do Referencial, sem quaisquer justificativas (CNE, 1999).

Em 2013 temos a homologação das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN's) organizadas pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, formando um montante de princípios, fundamentos e estratégias para orientar e regular as escolas brasileiras (BRASIL, 2013). O documento não aborda de maneira efetiva a educação sexual, inclusive o termo sexualidade não aparece nas Diretrizes que se referem a educação básica e a educação superior. A referência mais próxima emerge no Art. 16 que menciona a estrutura do ensino médio, em que frisa que o Projeto Político Pedagógico das escolas deve valorizar e promover os direitos humanos vinculados aos temas de identidade de gênero, raça e etnia.



Em março de 2017, o então vereador Reizo Castelo Branco promulgou a Lei nº 439/2017¹ que proíbe na 'grade' curricular das escolas de Manaus, a inserção de atividades pedagógicas que reproduzam o conceito de 'ideologia de gênero'. O documento foi aprovado sem plenárias, utilizando-se do poder provisório de presidente em exercício da Câmara Municipal de Manaus. É importante constatar o uso do termo 'grade' associada ao currículo educacional, termo esse que não se utiliza nos dias de hoje, uma vez que representa encarceramento e o nosso currículo sempre foi flexível e passível de discussões contemporâneas.

Logo, o uso do termo só demonstra o despreparo do vereador supracitado quanto às questões atuais da educação, reforçando um ultrajante retrocesso. Além disso, cabe mencionar o mito da "ideologia de gênero" que sobressaiu as mídias, em maior escala nas redes sociais, visto que viraram potenciais reprodutoras de informações errôneas, denominadas de *fake news*. A concepção adotada ao termo emerge o ensinamento avesso ao ser homem ou mulher, conforme os preceitos patriarcais e religiosos. Para esse grupo, a suposta "ideologia de gênero" resulta na ideia de que os sexos masculino e feminino são construções culturais e sociais. Em 2018, o Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM) suspendeu a vigência da lei supracitada, alegando que a mesma contraria a Constituição Estadual, violando os princípios de democracia, liberdade de expressão e respeito aos direitos humanos.

E por fim, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) apresentada nos últimos anos como resultado de uma das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) instaura competências e habilidades que devem ser trabalhadas concomitantemente aos conteúdos escolares. Após anos de discussão, consultas públicas e ajustes, o documento foi aprovado em dezembro de 2017 e segue como último e atual norteador dos currículos e práticas escolares, embora não substituía nenhum outro citado anteriormente (BRASIL, 2017).

A BNCC apresenta dez competências gerais que se inter-relacionam e defendem uma educação plural, humana e pautada em princípios éticos e democráticos. A temática sexualidade pode ser trabalhada a partir de várias competências, mas aqui destacamos uma que mais assegura esse papel docente.

A nona competência incentiva o exercício da empatia, cooperação e do diálogo, objetivando o respeito ao outro e ainda aos direitos humanos por meio do acolhimento e da valorização da

¹ Texto da lei disponível em: http://www.cmm.am.gov.br/wp-content/uploads/2017/03/LEI_439_DE_03_03_2017.pdf



diversidade sem preconceitos de qualquer natureza (BRASIL, 2017). Pontua-se que o termo “sem preconceitos de qualquer natureza” dificulta o processo jurídico de casos de violência, seja física, psíquica, social ou qualquer outra que se esconda por detrás do preconceito público ou velado. Em linhas gerais, estudiosos e críticos da construção da BNCC sugerem que o ideal seria constar por escrito que tipos de preconceitos são condenados no documento, uma vez que facilitaria a abordagem coercitiva dentro e fora das escolas.

Ao analisar a organização das disciplinas, é perceptível a exclusão das discussões sobre gênero, outrora pensada e discutida até a versão dois da BNCC. De modo que encontramos conteúdos próximos ao tema vinculados ao ensino de Ciências, História, Artes e Ensino Religioso, mas sem mostrar-se claro, ficando ao encargo do docente trabalhar ou não os conteúdos e questionamentos da educação sexual.

Portanto, é salutar que os documentos norteadores da nossa educação sejam incongruentes e incompletos no que tange a sexualidade humana e isso reflete diretamente nas decisões do legislativo, uma vez que as decisões do meio educacional nem sempre são definidas por quem faz a educação nas salas de aula de todo território nacional.

3. Metodologia

Esta pesquisa ancorou-se nos preceitos da abordagem qualitativa (FLICK, 2009), a partir de uma pesquisa de campo (FONSECA, 2010), realizada com 9 acadêmicas do curso de Pedagogia de uma universidade privada de Manaus/AM.

As estudantes possuíam idade que variava entre 18 e 35 anos, e estavam matriculadas no segundo ano do curso de Pedagogia. A seleção das participantes foi por conveniência, de modo que o critério de inclusão foi estarem matriculadas regularmente na matriz curricular de 2018.

O convite a pesquisa se deu por meio de apresentação prévia dos objetivos da pesquisa e os riscos às dimensões preconizadas na resolução Nº466/2012, que legitima a pesquisa com seres humanos. Na oportunidade, esta pesquisa foi autorizada mediante o protocolo Nº 02653118.7.0000.5016 do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Estado do Amazonas.

Os dados foram coletados a partir da técnica do grupo focal e então organizamos três encontros temáticos a fim de elucidar concepções de gênero e sexualidade, bem como o papel do professor/pedagogo mediante tais temáticas na escola. Os encontros foram registrados via gravador de voz, mediados por um roteiro de



perguntas geradoras. O processo de coleta de dados e todos os passos da pesquisa foram descritos no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) entregue para as alunas tomarem ciência e assinarem legitimando o uso dos dados para fins de pesquisa.

Os resultados dessa pesquisa são apresentados a partir dos relatos gravados durante a realização das três sessões de grupo focal. As participantes colocaram-se dispostas a participar dos encontros e a pesquisa aqui posta reforça a importância dos temas de gênero e sexualidade se fazerem presentes no curso de Pedagogia, uma vez que as salas de aula são palcos repletos de diversidade. Vale ressaltar que os nomes das alunas foram preservados, de modo que utilizamos de nomes fictícios para identifica-las no próximo tópico.

4. Resultados e discussões

Os encontros foram mediados por roteiro organizado em três momentos: passado, presente e futuro. As transcrições respeitam as falas das participantes, apenas fazendo uso de pequenas correções, a fim de textualizar dentro do contexto do estudo. Os relatos refletem a postura das discentes, evidenciando suas histórias de vida, perspectivas no curso e em relação a futura docência.

O passado foi tema do primeiro encontro. As estudantes ainda apreensivas, tendo em vista a leitura do TCLE, já esperavam questões de temas considerados tabus, inclusive o termo apareceu inúmeras vezes durante as discussões. Essa primeira sessão visou a resposta para duas questões: a) como os conceitos de gênero e sexualidade eram retratados em sua infância? b) Como você lidava com tais questões (pessoais) na infância e adolescência?

Para a primeira indagação foi perceptível que as participantes apresentam um histórico familiar de poucas conversas com os pais, figuras estas responsáveis por dialogar acerca desses temas, principalmente em discursos defendidos por pessoas mais tradicionais, embora saibamos que na prática o silêncio é que impera nos lares quando o assunto é sexualidade.

Geysy: Na minha família, quando criança, as concepções de gênero que eu tinha era que existia **homem e mulher**. Qualquer outra definição era invenção do homem e era errado.

Neila: Eu fui criada só pela minha mãe. Então **nunca teve aquele processo de sentar comigo** e dizer: "Neila, as pessoas são assim, assado". [...] Eu fui saber disso [sexualidade] no meu ensino médio, porque fui conviver com outras pessoas.



Paula: Minha mãe era mãe solteira com sete filhos, veio do interior e foi educada de modo muito tradicional. Além disso, veio de **berço evangélico** e nunca sentou comigo para falar dessas coisas, eu era até muito recuada por conta disso. Isso só mudou quando eu fui estudar.

Ester: Sempre foi um tabu falar de sexualidade [...] eu tenho 42 anos e na minha idade foi muito mais difícil. Tanto que meus pais me proibiam de andar com homossexuais/lésbicas, inclusive era um **escândalo** se a gente tivesse amizade com homossexuais. No meu tempo era **anormal**, eles andavam separados, em grupinhos mesmo.

Ana: A minha criação foi diferente [...] **eu sempre andei com pessoas assim** [gays] e nunca tive problema, meus pais também não.

Gláucia: Meus pais são de um tempo bem antigo. Inclusive, meu pai pegou o tempo da ditadura. Então nunca conversam comigo sobre isso. E na escola esses assuntos eram polêmicos, acho que só fui ouvir sobre isso no terceiro ano, pois **os professores diziam que iríamos entrar na universidade** e seria uma outra realidade.

Vanessa: Tenho um tio que tem dois filhos homossexuais. O filho dele mais velho foi contar para ele e foi rejeitado. **Eu era muito nova e não entendia**. Hoje ele [tio] se arrependeu e até moram juntos [...]. Eu acho que a pessoa depois que conhece esse tipo de gente fica mais aberta.

Eline: Eu tenho 40 anos. Na minha época o assunto não era tão aberto como hoje. Me lembro que tinha um pai muito rígido e naquela época existiam sim essas pessoas [gays], mas os pais tinham muito preconceito em relação a isso. **Eu cresci numa família preconceituosa**, na qual eu não poderia ter amizade com lésbicas e homossexuais.

Maria: [...] tinha uma vizinha da minha tia que era lésbica. Naquela época eu não conhecia nada, não tinha noção. Aí, uma vez, eu as vi se beijando. E perguntei do meu tipo "porque elas se beijam?". **Ele prontamente me respondeu que eram doentes**. Aí aquilo ficou na minha cabeça, ou seja, era doença que eu não tinha que ficar perto.

O discurso de Geysy evoca o padrão binário tão defendido e verbalizado nos dias de hoje, embora estejamos falando de sua percepção no passado. A força que esse padrão representa dificulta as relações sociais com os vistos como "desviantes" e isso reforça os



tratamentos desumanos e violentos contra pessoas da comunidade LGBT.¹

As falas de Neila, Paula, Gláucia e Maria ilustram uma realidade também muito próxima ao nosso contexto contemporâneo, pois induzem a ausência do diálogo dentro de casa. A figura dos pais é essencial na proliferação de informações acerca da sexualidade, contudo estamos inseridos em uma sociedade que ainda enxerga tais temáticas com receio. Em contrapartida, as participantes atestam que a escola teve papel primordial na descoberta dos outros tipos de orientação sexual.

A escola é lugar de sexualidade, conforme Louro (2014), embora tal discurso seja negado até a última instância por muitos que fazem parte da educação. Entretanto, é fato que os corpos presentes dentro de uma escola respiram questões de sexualidade a todo instante e isso deve-se ao fato do silêncio imperar nos outros ambientes, tais como a casa ou a igreja. Na escola os estudantes têm liberdade para discutir os temas de sexualidade, apesar de que muitas vezes seja em forma de piadas. Assim, Louro (2014) considera que:

É importante notar, no entanto que, embora presente em todos os dispositivos de escolarização, a preocupação com a sexualidade geralmente não é apresentada de forma aberta. Indagados/as sobre essa questão, é possível que dirigentes ou professores/as façam afirmações do tipo: "em nossa escola nós não precisamos nos preocupar com isso, nós não temos nenhum problema nessa área", ou, então, "nós acreditamos que cabe à família tratar desses assuntos". De algum modo, parece que se deixarem de tratar desses "problemas" a sexualidade ficará fora da escola. É indispensável que reconheçamos que a escola não apenas reproduz ou reflete as concepções de gênero e sexualidade que circulam na sociedade, mas que ela própria as produz (LOURO, 2014, p. 84).

Diante dessa realidade de que a escola não somente reproduz as concepções de gênero e sexualidade predominantes em diversos contextos sociais, mas que ela escola também produz concepções e preconceitos, contribuindo assim para relações desiguais de gênero e sexualidade, Negrão e Ramos (2016, p. 117) afirmam que:

A escola, querendo ou não, exerce um papel nos conceitos formulados pelas crianças e adolescentes a respeito da sexualidade e suas vertentes, de maneira que os currículos precisam abarcar tais assuntos de forma sistemática, flexível e humanizada, a fim de apresentar material concreto e correto, no que tange o respeito à diversidade e os direitos

¹ Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e transexuais.



humanos. A exequibilidade desse papel instrucional sobre olhar os prismas da sexualidade fomentariam uma possível dialética em torno de seus fenômenos, não causando mais resistências entre funcionários, discentes, docentes, pais de alunos e até a comunidade em torno da área escolar que vivencia tal situação.

As relações preconceituosas são expressas nas falas de Ester e Eline, as participantes com mais idade do grupo. Vale pontuar que as idades não foram indagadas no início das conversas, mas como foi descrito nas falas acima, as próprias participantes acharam conveniente falar, inclusive para tecer comentários sobre o outro tempo que viveram, bem diferente dos dias atuais, segundo elas. A concepção de família tradicional é muito forte nos discursos, reiterados pela noção de preconceito, abominação e anormalidade que era repassado de geração em geração pela figura paterna e materna. Além disso, Maria evoca a perspectiva doentia da homossexualidade, historicamente vencido após muitas lutas dos movimentos sociais, mas ainda presente em discursos enraizados.

Ainda que saiba que o cotidiano esconde práticas que ultrapassam os limites da linguagem e das classificações, durante décadas as ações da família, da religião e da escola foram orientadas pela visão patológica atribuída à homossexualidade. Sei que para muitos que se formaram socialmente nesse período, esse era o quadro referencial. Na década de 1980, outra marca foi aderida ao corpo homossexual: a epidemia da Aids ou o câncer gay, como originalmente ficou conhecida a doença (JUNQUEIRA, 2008, p. 64).

Em contrapartida, temos Ana e Vanessa que despontam como as únicas com experiências históricas menos associadas ao preconceito e/ou mutismo sobre as temáticas de gênero e sexualidade. Para as duas participantes da pesquisa, existe a importância de conviver com pessoas LGBT's para entender melhor o seu cotidiano, bem como suas experiências de vida. Tais assertivas desenvolvem o espírito de empatia, tão necessário nos dias de hoje.

A segunda indagação reflete como as participantes lidaram com essas questões na infância e na adolescência. É importante salientar que o questionamento foi aberto, mas as respostas passeiam por dois vieses. Primeiro quanto a própria sexualidade e depois a do outro. O discurso das participantes evoca mais uma vez a escola, a igreja e o curso de Pedagogia.

Ester: A gente se descobre mesmo é na escola. Na escola que a gente começa a falar de assuntos que não tem como falar com os pais. E assim... (risos) **eu sou hétero, mas já tive**



experiência com mulher, beijos e toques. Eu sou muito aberta. Vivo ao redor de gays e lésbicas. A gente se dá muito bem.

Gláucia: [...] eu sou cristã. A gente aprende o que está escrito na bíblia. Só que todo mundo faz suas escolhas. Mas aí a gente pensa... teu pecado é diferente do dele? Ele pode ser homossexual, mas tu podes ser um mentiroso, um ladrão. E aí? Biblicamente tudo é pecado. **Eu tive uma fase da minha vida que tive curiosidade em conhecer e me relacionar com alguém do mesmo sexo que eu**, mas nunca tive coragem.

Vanessa: Eu pude entender bem mais fácil, por causa da vivência familiar do meu primo. Quanto a descoberta da sexualidade, eu lembro que brincava de casinha, mas dava selinho na minha prima e isso era normal. [...] **eu já fiquei com mulher, assim, só de beijo**. Acho que todo dia a gente se descobre um pouco.

Paula: Minha primeira experiência foi com o meu gênero, mas aí nada a ver, eu tenho 25 anos, dois filhos e sou casada [com homem]. Mas eu estava num momento de descoberta, e aí fui ver com o que eu me identificava (risos). **Nunca tive relações sexuais com ela, mas me pegava onde dava (risos), e a minha mãe nem sonha com isso**. Mas depois eu vi que não era isso que queria (risos). [...] Conheço a palavra de Deus, mas religião não é algo que me prende. Eu procuro viver no mundo atual.

Ana: A minha experiência não foi muito legal, porque foi um abuso né. Mas desde lá eu sou o que sou. **Gosto de homem e não tenho preconceito com ninguém!**

Neila: Minhas experiências foram no ensino médio, principalmente nas brincadeiras de verdade e desafio. Então, na brincadeira ali, desafio! "Neila, desafio tu beijar de língua a fulana". E olha que eu era BV (boca virgem), então **meu primeiro beijo foi em uma mulher**. Foi uma experiência diferente, mas eu sou hétero agora (risos).

Vanessa: São questões que a própria família impõe para gente. Por exemplo, eu jogo bola. Um dia desses eu queria uma chuteira nova, e minha mãe falou para minha irmã "olha a minha 'machudinha' ali sentada" [...], mas, tipo **o meio que eu vivo no futebol, não me torna o que eu quero** [sexualidade].

Neila: Eu vejo que o problema mesmo são os pais. Eles não conversam sobre sexualidade, prazer, gênero, menstruação, nada! Quando eu menstruei, achei que ia morrer. [...] Então, eu insisto que esse papel é dos pais, se não estiverem



presentes ali no cotidiano, **a gente vai se descobrindo assim na porrada.** A vida ensina!

Geysy: Eu lembro de morar num bairro muito simples. E a primeira vez que vi algo do tipo foi uma colega da mamãe que era lésbica, assumida e tal. Ela estava se “enxerindo” para minha mãe e eu fui reproduzir isso com uma coleguinha e meu pai viu. Me deu uma surra até eu dizer que tinha aprendido que aquilo era errado. [...] uma outra situação, já no fundamental II, quando **eu tive um amigo que me contou que era gay e eu aceitei.** E a pior sensação que eu tive foi quando assassinaram ele [choro] de forma brutal.

Maria: Eu não lembro muito disso de gênero e tal. Eu me ligava mais em estudar. A não ser em brincadeiras de verdade e desafio. [...] Então **se a gente quisesse namorar, tinha que ser escondido.**

O exercício introspectivo de pensar sobre a própria história é um desafio, e as respostas das participantes evocam uma dualidade de pensamentos, por vezes reiteram suas experiências ‘secretas’ com o mesmo sexo, sob a ótica da descoberta. Mas, sempre atenuando a heterossexualidade. É perceptível também a recontagem de histórias com pares, pessoas que faziam parte de seus contextos na infância e adolescência, refletindo uma relação sadia com pessoas que faziam parte da comunidade LGBT.

Destaca-se a fala religiosa de Gláucia acerca do pecado da homossexualidade, comparando-o ao roubo e a mentira. Tal perspectiva reforça a conduta cristã de amar o pecador, mas condenar o pecado. Essa assertiva se confronta com a visão criticista de Paula quando assume ser conhecedora das sagradas escrituras, mas também procura compreender o que se passa no mundo contemporâneo.

As brincadeiras de verdade e desafio são citadas pelas participantes como momentos de descontração e descoberta de novos desejos. Embora o caráter desafiador fosse posto em prova das participantes, todas salientam ser apenas uma experiência a mais em suas trajetórias escolares.

A fala emotiva de Geysy evoca os perigos da homofobia, principalmente nos dias de hoje, uma vez que “os números de assassinatos tendem a crescer ano após ano, tendo em vista que os atos violentos contra pessoas que apresentam identidade de gênero ou orientação sexual diferente do padrão binário estabelecido pela sociedade ainda não são considerados criminosos”. (NEGRÃO; RAMOS, 2016, p. 115). Também Caetano (2008) alerta que:



As lutas contra o preconceito e o estigma encontram-se nas análises críticas, situadas, fundamentadas, que encaminham novos significados, ou seja, que argumentam e apoiam ressignificações. Dessas, podem surgir novos conceitos, mais reais, mais consistentes, mais abertos e flexíveis e, portanto, mais humanos. As novas ressignificações, por uma vida, uma convivência e uma consciência social mais inclusivas, requerem, sobretudo, atitudes que assumam um dos princípios mais expressivos dos tempos contemporâneos: a pluralidade; portanto, das diferenças, das especificidades, das singularidades (CAETANO, 2008, p. 92).

Os padrões heteronormativos são expressos no relato de Vanessa e seu gosto por futebol, uma vez que se torna motivo de piada sexista na família. Essa situação é corriqueira ainda nos dias de hoje, tendo em vista o impacto que os papéis sociais exercem em nosso meio. Na visão de Vieira (2008, p. 142), as diferentes instâncias em que o sujeito está inserido "determinam os estereótipos do que é aceitável ou não, em relação a 'ser menino' ou 'ser menina'". E por fim, a família ainda é centro das falas de nossas participantes, reforçando o caráter punitivo de questões desviantes, além do controle total dos assuntos que deveriam ser pauta, tornando a escola o local para falar de sexo, sexualidade e afins.

Em um salto para o presente, nosso estudo traz o termo orientação sexual para a discussão. Sendo assim, questionamos as participantes sobre o conceito que tinham acerca do termo. Tais discussões evidenciaram uma confusão nas interpretações, bem como o compromisso docente em desvelar esses temas na universidade.

Gláucia: A gente estudou a pouco tempo sobre isso. E orientação sexual é quando você fala sua **opção sexual**. Pelo que você se atrai, o que você gosta.

Paula: Aprendi no curso de Pedagogia. Antes eu não sabia... agora eu sei que é a **minha opção**. O que eu quero.

Eline: Orientação sexual não é a forma como a gente deve se **prevenir de doenças**?

Ester: Não! Isso é **educação sexual**!

Geysy: Eu aprendi na disciplina educação inclusiva e diversidade que **é como eu me entendo**. Ou seja, se eu gosto de mulher, essa é minha orientação sexual. Assim também com o homem.

Ester: Orientação no meu ponto de vista **é quando você decide a tua opção sexual**. Hétero, bi, homossexual. É quando você descobre, é o teu desejo.



Ana: Eu acredito que orientação sexual é o caminho que devo seguir. Se eu quero gostar de homem, eu vou gostar de homem. Se for mulher, gosto de mulher. **É natural.**

Eline: Eu aprendi hoje (risos) a diferenciar orientação sexual da educação sexual. Então orientação sexual **é aquilo que o ser humano escolhe né**, primeiro vem à vontade, o desejo, e ele escolhe aquilo para si.

O presente vem arraigado de muita confusão nos discursos apresentados pelas participantes do estudo. O diálogo acima reproduz o viés da opção sexual, termo constantemente debatido nos estudos de gênero e sexualidade. Essa perspectiva preocupa os profissionais de gênero, uma vez que permite a formação da ideia errônea de que a orientação sexual pode ser revertida, ou seja, hoje sou gay, mas amanhã não mais.

Em detrimento desse discurso dotado de perspectivas conflitantes aos estudos de gênero e sexualidade atuais, as participantes foram indagadas acerca de como a disciplina de Educação Inclusiva e Diversidade tratou das questões de gênero durante as aulas. Embora exista um roteiro, o grupo focal permite essas intervenções quando necessário. Sendo assim, as estudantes atestaram que a professora ministrante apresentou os assuntos por meio da leitura de artigos sobre os diversos temas, tais como homofobia, onanismo, feminismo, AIDS, dentre outros.

Ainda no presente, as participantes foram questionadas acerca da importância de discussões de gênero e sexualidade no âmbito da formação de professores. Os discursos evocam o privilégio do debate aberto sobre o tema, além do impacto que tais discussões poderão ocasionar na prática docente destas profissionais.

Geysy: Eu acho essencial falar de algo que é natural do ser humano [...] ninguém dá o primeiro passo para conversar com as crianças, adolescentes, então acho que é papel da escola fazer isso. **Não influenciar a criança ao ato sexual**, mas a ter higiene, conhecer seu corpo, ter limites.

Gláucia: [...] como eu falei no último encontro, antigamente isso não era tão divulgado [sexualidade], as pessoas não se revelavam. **Hoje é necessário discutir sobre isso**, pois agora as pessoas já se sentem mais à vontade para serem o que são.

Ester: Acho importante a inserção da educação sexual e de tais temas na formação. Quebrando tabus. **Então nós estamos sendo privilegiados** mesmo de estar aqui nessa



roda de conversa, buscando conhecimento, pois somos inexperientes nesse assunto.

Paula: [...] **é uma matriz nova**, como todo mundo fala né? Ainda não se pensava sobre isso, e os acontecimentos vieram para isso [...] na escola o professor é tudo. E isso vai ser muito importante para a minha formação e, também, como pessoa.

Neila: Eu estou aprendendo e quero aprender mais. **Vamos viver isso para estarmos preparados para isso.** Vale ressaltar que tem muito pai que acha ruim, mas se a menina pega barriga, pergunta: "Cadê a escola?" Mas se a escola orienta, diz que isso não é assunto. Nunca está bom para eles. Acho muita ignorância.

Ana: A educação sexual já devia ser dever da escola. **Não é um bicho de sete cabeças, a gente vive isso.** Então, eu acho muita ignorância quando a gente vai falar sobre isso e as pessoas ficam mal.

Ester: Só complementando... acho importante e tem que ser inserida, mas tem que ter uma **metodologia**, uma maneira de falar. Porque eu não gostaria que a minha filha soubesse de sexo anal, sexo oral na escola.

Paula: Eu terminei no ano passado o ensino médio, pelo que eu vi **os professores de biologia que falam disso**, mas não é abertamente. Eu vejo que eles se sentem retraídos. Não falam detalhes.

Vanessa: A disciplina será muito importante, porque a maioria de nós deve levar isso a diante. **Porque quem não teve essa matéria tem e deve ter muita dificuldade para passar isso aos alunos**, ou sente receio em passar, pois não sabe como deve ser feito.

Maria: Eu acho que tudo tem que ter um porquê e uma metodologia para trabalhar. Ontem mesmo minha mãe ficou horrorizada que a gente estava falando sobre isso na faculdade. Mas eu conversei com ela... disse que tem famílias e famílias. **O professor vai orientar de maneira correta.** O pai não soube falar, o professor vai lá dá uma luz, uma vez que agora vamos estudar isso.

As participantes reconhecem a importância das discussões, inclusive evocam a disciplina na matriz curricular de Pedagogia. Entretanto, ainda é perceptível o viés instrumentalista que percorre a ideia de que o professor tem o dever de saber tudo e tudo correto. Contudo, sabemos que o processo de profissionalização docente demanda todo o nosso exercício profissional, estando o docente em constante aprendizado sobre a profissão e sobre a vida.



Em outro ponto é importante salientar a perspectiva higienista presente em alguns discursos, como no de Geysy, referindo-se as infecções sexualmente transmissíveis. Além disso, a forma como tais assuntos serão conduzidos também parece ser uma preocupação das estudantes, quando se referem à metodologia utilizada pelo professor. Inclusive, tal preocupação é importante, tendo em vista que a geração atual é conservadora, muitos extremistas e exige um cuidado redobrado ao tratar de tais questões na sala de aula.

A ideia de “saída do armário” também aparece nos relatos das participantes, principalmente nas da Gláucia. E isso corrobora com a perspectiva de Louro (2013) em texto que aborda sobre currículo, gênero e sexualidade.

“Novas” identidades culturais obrigam a reconhecer que a cultura, longe de ser homogênea e monolítica, é, de fato, complexa, múltipla, desarmoniosa, descontínua. Muitos afirmam, com evidente desconforto, que essas novas identidades “ex-cêntricas” passaram não só a ganhar importância nestes tempos pós-modernos, como, mais do que isso, passaram a se constituir no novo centro das atenções. (LOURO, 2013, p. 44).

Finalizadas as falas das estudantes no presente, nutrido ainda pelo incômodo das perspectivas iniciais sobre orientação sexual, houve uma nova intervenção acerca do contexto dessa discussão. Sendo assim, foi elucidado que a disciplina de Gênero e Educação foi pauta de reuniões do Colegiado, e muitos professores não enxergavam a necessidade de categorizar essa temática em disciplina específica do curso. Ademais, foi exposto que a disciplina será ministrada junto com Educação Racial, sendo assim, temáticas como racismo, homofobia, teoria do branqueamento e gênero estarão na mesma de disciplina.

Reiterou-se que Orientação Sexual foi o primeiro termo a aparecer nos documentos legais, no caso nos PCN's, tendo o significado do que hoje entendemos como educação sexual ou educação para a sexualidade. A intervenção pautou-se na história do sexo defendida por Foucault (2017), uma vez que os conceitos de tabu, mutismo, moralismo religioso estiveram presentes nos discursos das alunas. E por fim, foi montado um esquema didático na lousa sobre as diferenças de gênero (cérebro), orientação sexual (coração) e sexo (genitálias) com o intuito de clarificar as concepções das estudantes após a sessão do presente.

No terceiro encontro do grupo focal, o “salto para o futuro” significou um importante exercício para pesquisador e participantes, uma vez que foi perceptível a dificuldade que as estudantes tinham em projetar-se como professoras. Entretanto, o questionamento que



moveu a conversa foi sobre como lidariam ao encontrarem um aluno com orientação sexual diferente do padrão heteronormativo. Apesar da dificuldade em se enxergarem professoras, as estudantes reforçam a ideia de respeito, empatia e tolerância.

Geysy: Eu já atuo na área. E já aconteceu comigo logo de primeira, até fiquei surpresa. Mas claro que **sempre tem aquele coleguinha que quer ser o ofensor**, neles que aparecem as dúvidas, pois eles não sabem os conceitos.

Ester: Como nós vamos trabalhar mais com crianças. Na minha concepção eu vou tratar mais a ideia do respeito mútuo.

Ensinar para o aluno a se respeitar, porque acho que é a base de tudo.

Gláucia: A gente falando aqui parece fácil. Mas quando chega na realidade é muito mais complicado, primeiro porque eu tenho uma opinião em relação a isso. [...], mas aprendi que **quando eu estiver na sala de aula devo tratar a pessoa como ela quer ser tratada**, mesmo que eu ache que é menino, mas se quer ser tratada como menina, então preciso respeitar. É tudo questão de respeito e não manter a mente fechada. A religião, não só o cristianismo, mas na religião em geral as pessoas são tão fanáticas que só tem que ser daquele jeito, senão tá tudo errado. Mas não é desse jeito que funciona!

Neila: Eu faço estágio com crianças, então **é tudo na base da conversa mesmo**. Esses assuntos precisam ser pauta das discussões em qualquer série. Eu sei que mexe com meu emocional quando tenho que lidar com essas coisas, pois eu passei por situações de racismo, e sei que com gênero e sexualidade não será diferente.

Eline: Eu espero que quando eu me formar eu tenha essa mente aberta que tenho hoje. Como já disse eu nunca participei disso, nunca conversam comigo sobre isso. Sou evangélica sim, mas eu tenho o meu pensamento. Não é pastor que vai mudar minha concepção. **Tenho respeito pelas pessoas e quero ensinar isso para os meus alunos**.

Maria: Espero daqui há 4 anos não ter só meu diploma, mas ter a consciência de que trabalhar com pessoas é complicado. **E uma das dificuldades é se colocar no lugar do outro**.

Ana: Respeito! Essa é nossa bandeira. Eu acho que **daqui para lá muita coisa vai mudar** e melhorar.

O discurso das estudantes induz uma esperança em dias melhores para a educação brasileira, numa perspectiva humana de direitos respeitados. A ação do professor reflete muito em que tipo de



crenças e valores este administra em sua vida pessoal, portanto os conhecimentos sobre sexualidade e gênero visam agregar saberes a esse profissional que tem a árdua missão de orquestrar outros saberes e outras “gentes” que adentram todos os dias as salas de aula do Brasil.

A formação em gênero e sexualidade, ainda que mínima, é essencial para dar um *start* na concepção de professores e professoras que nunca haviam parado para pensar que tais questões rendem discussões para muitas aulas, ainda que camufladas nos temas transversais, a fim de não “criar caso” com familiares, ou até mesmo com a gestão da escola.

Furlani (2013) reforça a importância de que a educação sexual deve ser organizada nas escolas de maneira contínua.

Uma continuidade baseada em princípios claros de um processo permanente – porque o bombardeamento midiático de informações recebidas por crianças e jovens é permanente... porque as situações de exclusão social, decorrentes do sexismo e da homofobia, são constantes... porque as representações hegemônicas que hierarquizam as diferenças estão permanentemente sendo fixadas mesmo com permanentes resistências... porque a subjetivação da sexualidade está sendo permanentemente posta em questão pelos aparatos discursivos de uma cultura e precisa ter o contraponto reflexivo de uma educação sexual sistemática, corajosa, honesta e politicamente interessada com a crítica desses modelos de desigualdade sexual, de gênero, de etnia, de raça, de geração, de classe, de religião, etc. (FURLANI, 2013, p. 69).

O passeio pelo passado, a reflexão sobre o presente e o tímido exercício de projetar o futuro foram estratégias que encontramos em pensar a sexualidade de modo didático, buscando ouvir as estudantes, valorizando suas impressões, suas experiências, evitando tomar partido, desde as palavras às expressões faciais, de modo que qualquer comportamento poderia contribuir negativamente na construção desse estudo. Até mesmo as duas intervenções foram feitas com bastante cuidado, a fim de instruir, mas sem anular os saberes empíricos que estão arraigados na história de cada participante.

5. Considerações finais

O caminho para uma educação mais humana e que valorize os direitos universais é extenso e dotado de percalços que por vezes nos fazem pensar e repensar o papel social da educação, especificamente do professor.



A pesquisa com professoras em formação acerca de um tema que já está introduzido no curso de Pedagogia, mesmo que timidamente, é essencial para mapear e traçar metas sobre o porvir. Os resultados apresentados nesse artigo delineiam o perfil discente de um curso que forma novos professores, ainda que aqui representados por uma amostra de nove estudantes.

A temática de gênero e sexualidade deve estar presente no curso de Pedagogia, embora sob pauta de muita resistência entre o colegiado e coordenação, uma vez que seus frutos serão colhidos nas salas de aulas, tendo em vista que estaremos formando professores mais empáticos e conhecedores da história da sexualidade, dos termos específicos da área e das metodologias mais recomendadas para o trabalho, com questões provenientes da educação para a sexualidade.

Em tempos sombrios, no que diz respeito ao cenário político brasileiro, uma disciplina que evoque saberes de Gênero e Sexualidade representa um ato de resistência. Assim, faz-se necessário que a disciplina aborde as temáticas de forma responsável, evidenciando as problemáticas que ocorrem em sala de aula, quando o docente está despreparado ou se omite frente aos casos de homofobia, preconceito e tantos outros dilemas que perpassam um ambiente escolar.

Entendemos que a disciplina de Gênero e Sexualidade inserida no curso de Pedagogia desperte sentimentos diversos a respeito dessa temática. Entretanto, enquanto professor formador, acentuo a importância de propor mais debates sobre sexualidade e formação de professores, a fim de que possamos compreender esse dispositivo histórico cultural como algo inerente a nossa vida cotidiana, respeitando as diferenças e vivendo a essência da diversidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Educação, Ministério e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental; *Referencial curricular nacional para a educação infantil*. Brasília: MEC/SEF, v. 2, 1998.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica*. Resolução CNE/CEB Nº 4, de 13 de julho de 2010. Brasília, Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, 2013.

BRASIL. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, que estabelece as diretrizes



e bases da educação nacional. Nº 13. 10. ed. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2014.

BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais/ Ensino Fundamental: orientação sexual*. Brasília: Ministério da Educação, 1997.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC/SEB, 2017.

CAETANO, M. Côncavo e convexo: os limites e sentidos do olhar. In: SILVA, F. F.; MAGALHÃES, J. C.; RIBEIRO, P. R. C.; QUADRADO, R. P. *Sexualidade e escola: compartilhando saberes e experiências*. 2º ed. Rio Grande: FURG, 2008.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. *Resolução CEB 1/99*. Diário Oficial da União, Brasília, 13 de abril de 1999.

FLICK, U. *Introdução à pesquisa qualitativa*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FONSECA, L. A. M. *Metodologia científica ao alcance de todos*. Manaus: Editora Valer, 2010.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade: A vontade de saber*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

FURLANI, J. Educação Sexual: possibilidades didáticas. In: LOURO, G. L.; FELIPE, J.; GOELLNER, S.V (Orgs.). *Corpo, Gênero e Sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. 9.ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 66-81

JUNQUEIRA, R. D. Homofobia nas escolas: Um problema de todos. In: JUNQUEIRA, R. D. (Org.). *Diversidade sexual na educação: Problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2008.

LOURO, G. L. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 16º ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

LOURO, G. L. Currículo, gênero e sexualidade: O 'normal', o 'diferente' e o 'excêntrico'. In: LOURO, G. L.; FELIPE, J.; GOELLNER, S. V. *Corpo,*



Gênero e Sexualidade: um debate contemporâneo na educação. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2013, p. 41-52.

NEGRÃO, F. C.; RAMOS, E. S. Mapeamento da produção científica sobre homofobia na escola. *Revista Amazônida*, Manaus, v. 1, n. 2, p. 114-129, 2016.

VIEIRA, E. R. A discussão de gênero e sexualidade nas práticas cotidianas de sala de aula. In: SILVA, F. F.; MAGALHÃES, J. C.; RIBEIRO, P. R. C.; QUADRADO, R. P. *Sexualidade e escola: compartilhando saberes e experiências*. 2º ed. Rio Grande: FURG, 2008.

Recebido em: 28 de outubro de 2019.

Aceito em: 28 de dezembro de 2019.